



Senadores cobram de Levy agenda mais ampla pelo país

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, governo deve investir em infraestrutura, na melhoria do ambiente de negócios e na redução de ministérios

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reuniu-se ontem com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para tratar de alternativas que levem o país a superar a crise econômica. Ao lado de quatro senadores, Renan cobrou uma pauta que vá além do ajuste fiscal. Para ele, é preciso reforçar os investimentos em infraestrutura, trabalhar pela melhoria no ambiente de negócios e reduzir o número de ministérios e de cargos comissionados. Segundo Renan, Levy concordou com a avaliação e vai formatar uma agenda. O senador disse que não serão votados projetos que ameacem o equilíbrio fiscal. **3**

“Não haverá pauta-bomba”, diz Renan, para quem as prioridades do Congresso são o pacto federativo e a reforma política



Jane de Araújo/Agência Senado

Waldemir Borreto/Agência Senado



Na retomada das votações no Plenário, senadores aprovaram ontem proposta que faz parte do pacto federativo

Aprovada CLT para consórcios públicos

O Senado aprovou projeto que permite aos consórcios públicos a contratação de mão de obra pela Consolidação das Leis do Trabalho. O texto faz parte das propostas do pacto federativo e, segundo o autor, senador Fernando Bezerra Coelho, visa dar segurança jurídica às contratações. O projeto segue para a Câmara. **5**

Prioridade à irrigação no Nordeste e no Centro-Oeste é prorrogada

O Plenário aprovou a proposta que prorroga até 2028 o dispositivo da Constituição que prevê que os recursos federais de irrigação sejam destinados preferencialmente ao Nordeste e ao Centro-Oeste. A versão atual do dispositivo fixa a preferência só até 2013. O texto agora será promulgado pelo Congresso. **5**



Ulriciana Machado/Ministério do Desenvolvimento Agrário

Projetos de irrigação no Nordeste e no Centro-Oeste serão priorizados pela União

Encartado nesta edição o boletim **Monitor Fiscal**

Projeto que facilita leilão de veículos vai a sanção **5**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Hélio José, Lasier Martins e Cristovam Buarque na reunião da comissão ontem

Famílias carentes poderão ter subsídio para internet

Projeto aprovado ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia estabelece subvenção econômica mensal para que a população de baixa renda pague menos pelo acesso à banda larga. Valor do plano básico seria reduzido à metade. Promover a inclusão digital é o objetivo da proposta, que agora será avaliada em decisão final pela Comissão de Assuntos Econômicos. **7**

CPI do Futebol deve ouvir Marin nos EUA **6**

Avança cota para mulher no Legislativo **4**

Congresso homenageia cooperativas **2**



O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Márcio Lopes de Freitas, discursando na sessão solene no Congresso

Congresso lembra 45 anos do cooperativismo no Brasil

Organização das Cooperativas Brasileiras, que reúne 8 mil entidades, foi criada em 1970. Em sessão solene, senadores e deputados apontaram importância delas para o crescimento econômico do país

EM SESSÃO SOLENE, o Congresso Nacional comemorou ontem os 45 anos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e o Dia Internacional do Cooperativismo, celebrado todo primeiro sábado de julho.

Responsável pela coordenação do sistema cooperativista no país, a OCB reúne 8 mil cooperativas e 12 milhões de associados, conforme Ana Amélia (PP-RS), que propôs a sessão com o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

— Graças à atuação das cooperativas e seus valores de ajuda mútua, solidariedade, interesses comuns e propósitos democráticos, tem sido enorme a contribuição social e econômica do cooperativismo — afirmou a senadora, vice-presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, presidida por Serraglio.

A participação das cooperativas no crescimento da produção nacional e na manutenção da estabilidade econômica foi destacada pelo vice-presidente do Congresso, deputado Waldir Maranhão (PP-MA), e por diversos parlamentares.

Crise econômica

Os senadores Blairo Maggi (PR-MT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) e os deputados Valdir Colatto (PMDB-SC), Evair de Melo (PV-ES), Celso Maldaner (PMDB-SC) e Luis Carlos Heinze (PP-RS) lembraram a contribuição das organizações para o avanço da agropecuária e a geração de emprego e renda no país. Segundo a OCB, as cooperativas empregam formalmente 337 mil pessoas.

O presidente da entidade, Márcio Freitas, apontou as cooperativas como essenciais para a recuperação dos países afetados pela crise econômica de 2008, pela capacidade de organizar e coordenar pessoas.

— As cooperativas tiveram efeito mitigador da crise. Hoje

esse cooperativismo tem papel fundamental no Brasil, um norte nesta falta de liderança, nesta falta de rumo que o país vive. Proponho o cooperativismo como um aliado sério e certo para governos e políticos que querem o bem do país — disse.

O representante do Ministério da Agricultura na homenagem, Caio Rocha, destacou o aprimoramento da gestão das cooperativas e o avanço tecnológico observado na maioria das entidades.

Crédito

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ressaltou o trabalho das cooperativas de crédito, que apoiam principalmente iniciativas de pequenos e médios agricultores e empresários:

— Muitos municípios não têm nenhuma agência bancária, mas têm uma cooperativa de crédito, que faz com que o dinheiro chegue mais barato e mais rápido a quem precisa.

Ana Amélia diz que cooperativas são exemplos de gestão

Durante a sessão solene do Congresso, Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a receita para o Brasil superar a crise é a mesma aplicada pelas cooperativas para superar graves dificuldades enfrentadas nos anos 90: transparência, responsabilidade fiscal e boa gestão.

A senadora disse que graças a esse tripé as cooperativas se reinventaram e se modernizaram e hoje têm uma força notável no sistema produtivo do Brasil.

Prova disso, continuou Ana Amélia, é que em algumas regiões do Brasil as cooperativas chegam a ser a principal fonte de receita dos municípios.

No mesmo sentido, os senadores Wellington Fagundes (PR-MT) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) lembraram que as cooperativas de crédito estão mais próximas da população rural do que os bancos tradicionais.

As cooperativas têm papel relevante na continuidade de políticas públicas de promoção do emprego e da produção, que ajudam na ampliação das exportações e na recuperação da economia, segundo Serraglio:

— Por serem empreendimentos voltados para o crescimento econômico e social, as cooperativas podem e devem ganhar mais destaque no desenvolvimento do Brasil.

Os deputados Lelo Coimbra (PMDB-ES) e Paulo Foletto (PSB-ES) defenderam a aprovação da nova lei do cooperativismo, que substituirá a Lei 5.764/1971, adotada na ditadura militar. O Senado aprovou o substitutivo de Gleisi Hoffmann a dois projetos que tratam do tema e a proposta tramita agora na Câmara.

Entidades alavancam agronegócio, afirma Valdir Raupp

Em discurso após a sessão solene, Valdir Raupp (PMDB-RO) também homenageou a OCB. O senador lembrou que, quando foi governador de Rondônia, estimulou a implantação de cooperativas no estado.

Raupp acredita que a decisão foi acertada, pois as cooperativas têm estimulado o agronegócio em Rondônia.

— As cooperativas de crédito têm um tratamento diferenciado. Elas atendem com mais rapidez, estão mais próximas dos produtores.



Valdir Raupp/Agência Senado

Cristovam presidirá conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho

O Senado instalou ontem o conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico. Para presidir a comissão, foi eleito Cristovam Buarque (PDT-DF). Ana Amélia (PP-RS) elegeu-se vice-presidente.

A premiação foi criada em 2009 com o objetivo de reconhecer os jornalistas que tenham contribuído para o engrandecimento da profissão.

O conselho será formado por 15 senadores. Eles avaliarão os nomes, que podem ser

indicados por qualquer senador e pela sociedade civil por meio dos canais de comunicação do Senado ou diretamente aos parlamentares.

Cristovam afirmou que a premiação é um reconhecimento do jornalismo para o exercício da democracia:

— Acredito ser necessário valorizar essa profissão, não só com melhores salários, mas também com um prêmio. O jornalismo precisa ser reconhecido.

A data de entrega do prêmio ainda será marcada.

Comissão debate economia criativa no desenvolvimento regional

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) faz hoje audiência sobre economia criativa no âmbito do desenvolvimento regional e implantação de políticas públicas para fortalecer o setor, a pedido de José Pimentel (PT-CE). O senador definiu economia criativa como o conjunto de atividades intensivas em conhecimento e baseadas no capital intelectual, cultural e na criatividade, gerando valor econômico, que representa hoje cerca de 5% do PIB brasileiro.

Foram convidados repre-

sentantes da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa e do Sebrae Nacional.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

- **Envie sua pergunta ou sugestão:**
 - <http://bit.ly/audienciainterativa>
 - Alô Senado: 0800 612211
- **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/cidadania
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV:** www.senado.leg.br/TV
- **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoTurismo>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- **CI Indicações para Anac**
8h30 Sábina de indicados para direção da Agência Nacional de Aviação Civil.
- **CAS Grandes fortunas**
9h Entre os dez itens da pauta, está o PLS 534/2011, que dispõe sobre a tributação de grandes fortunas.
- **CDR Economia criativa**
9h Audiência pública interativa sobre a importância da economia criativa no desenvolvimento regional.
- **CDH Violência contra indígenas**
9h Audiência pública interativa sobre violência contra povos indígenas no país.
- **CCJ Bens apreendidos**
10h Na pauta de 21 itens da comissão, consta o PLS 304/2011, sobre a destinação dos bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico de drogas.
- **CE Incentivo à educação**
10h Audiência pública interativa sobre os programas de incentivo à educação do governo federal: Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteiras.

- **PRESIDÊNCIA TV Globo**
11h Sessão pelos 50 anos da TV Globo; às 13h, recebe membros da Confederação Nacional de Municípios e, às 15h30, integrantes do Conselho de Comunicação Social do Congresso; às 16h, ordem do dia.
- **CAE Simples Nacional**
11h O PLS 5/2015, que altera enquadramento no Simples Nacional dos representantes comerciais, abre a pauta.
- **PLENÁRIO Sessão especial**
11h Sessão pelos 50 anos da TV Globo; às 14h, sessão deliberativa. Na pauta, projeto que regula acesso de partidos a tempo de rádio e TV.
- **CE Bolsa para universitários**
14h Em pauta, o PLS 214/2010, que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.
- **REFORMA POLÍTICA Cronograma**
14h30 Discussão do plano de trabalho.
- **PRÉ-SAL Instalação**
15h Instalação da comissão sobre participação da Petrobras no pré-sal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senadores querem que Levy vá além do ajuste fiscal para superar a crise

Em encontro com o ministro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, cobrou investimentos em infraestrutura e redução dos ministérios

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, cobrou ontem do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, “uma agenda de interesse do país, com começo, meio e fim”, durante reunião na residência oficial do Senado. Também participaram do encontro os senadores Otto Alencar (PSD-BA), Walter Pinheiro (PT-BA), Romero Jucá (PMDB-RR) e Eunício Oliveira (PMDB-CE). Os parlamentares manifestaram o desejo de aperfeiçoar o ajuste fiscal do governo para criar uma agenda mais ampla em favor do país.

— Cobrei do ministro uma agenda de interesse do país. Tenho feito críticas ao ajuste fiscal. É preciso ir além dele. Que nós tenhamos uma agenda que mobilize o interesse nacional em cima de eixos predefinidos: mais infraestrutura, melhoria do ambiente de negócios, com apoio do investimento privado, e equilíbrio fiscal. Em torno desses três eixos poderemos fazer uma pauta — disse Renan.

Para o senador, um dos caminhos para o país é uma “reforma do Estado”, com redução do número de ministérios e de cargos em comissão. Segundo ele, Levy concordou com a avaliação e disse que vai formatar a agenda nacional.

O senador lembrou que está pendente a votação da última



Levy (2º à esq.) com os senadores Pinheiro, Eunício e Otto na saída do encontro, que também contou com Renan e Jucá

proposta do ajuste fiscal, que revê a política de desoneração da folha de pagamentos ao aumentar as alíquotas sobre a receita bruta de 56 setores da economia.

— E por que o Congresso ainda não votou? Porque, nesse cenário agravado de recessão e desemprego, se nós votarmos a reoneração, vamos aumentar custos de produção, agravar a inflação e gerar mais desemprego. Vou me reunir com os líderes e decidir o que fazer.

Romero Jucá também disse que o projeto de reoneração da folha precisa ser mais bem discutido.

— O Congresso vai ser autor de projetos para permitir

o retorno do crescimento econômico, com geração de empregos — afirmou.

Walter Pinheiro disse que também foi debatida a reforma do ICMS. Ele trabalha na elaboração de uma PEC para amparar a reforma do imposto. Pinheiro explicou que a PEC dará garantia constitucional aos fundos criados pela MP 683/2015, um de compensação e um de desenvolvimento regional, essenciais à unificação do ICMS. Para sustentar os fundos, uma das saídas seria usar os recursos oriundos da repatriação de dinheiro em contas no exterior, prevista no PLS 298/2015, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

— Se os recursos da repatriação não forem suficientes, constitucionalmente, estamos colocando uma regra para obrigar o governo a prover o fundo com dinheiro do Orçamento — disse Pinheiro.

Segundo a Agência Brasil, Levy saiu satisfeito do encontro e avaliou positivamente a ideia de uma agenda nacional para retomada do crescimento, controle da inflação e geração de emprego e renda.

— Tem que ter um pilar obviamente de infraestrutura, algo fiscal, estrutural; uma parte de emprego, crescimento, facilitação para as empresas; e também uma parte social, com educação e outras coisas.

Gleisi nega que país esteja numa crise estrutural

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que depois do “imagina na Copa”, o Brasil vive o momento do “apesar da crise”, em que as pessoas questionam a situação mais pelo que outros comentam do que pela realidade. Ela leu notícias positivas publicadas em jornais em que o texto trazia a expressão “apesar da crise”.

— Não estamos numa crise estrutural, estamos passando por um momento de dificuldade — disse, enfatizando que muitos empregos devem ser gerados na construção civil por conta de programas do governo.



Humberto defende propostas “que ajudem o Brasil”

Líder do PT, Humberto Costa (PE) disse esperar que, no segundo semestre, sejam aprovadas propostas

que ajudem o país a enfrentar a crise. Ele alertou para a chamada “pauta-bomba”, de projetos que aumentam despesas, e afirmou que, no primeiro semestre, faltou equilíbrio ao Congresso na análise de propostas por causa do embate político que envolveu o ajuste fiscal, algo que não deve ocorrer agora:

— Não penso que parlamentares continuarão investindo no descalabro das contas públicas por conveniência política.



Renan diz que Congresso não ameaçará equilíbrio

Na retomada das votações em Plenário ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, descartou o exame de projetos que afetem o equilíbrio fiscal do governo. Ele adiantou que a agenda prioritária de votações no segundo semestre inclui os projetos que tratam do pacto federativo, da reforma política e da atualização do Código de Defesa do Consumidor, em vigor desde 1990.

O pacto federativo abrange projetos que tratam da redistribuição de recursos entre estados e municípios. Entre essas propostas, estão os PLSs 373/2015, que institui a política de desenvolvimento regional; 302/2015, que permite aos consórcios públicos contratar mão de obra sob o regime da CLT; e 348/2015, que obriga o prestador de serviços públicos a divulgar informações aptas a demonstrar eficiência.

Entre os projetos da reforma política prontos para o Plenário, estão os PLSs 440/2015, que distribui o tempo semestral de propaganda partidária



Segundo Renan, pacto federativo e reforma política estão entre as prioridades

em cadeia de rádio e TV de acordo com o tamanho do partido na Câmara; 442/2015, que prevê novas eleições se o eleito em cargo majoritário (prefeito, governador, senador e presidente) for cassado ou perder o mandato; 474/2015, que confere efeito suspensivo aos recursos contra sentença de juiz eleitoral que casse o diploma de prefeito, vice-prefeito e vereador; e 464/2015, que altera o calendário das eleições.

Mais cedo, Renan afirmou que não vai colaborar com nenhuma “pauta-bomba” e que pretende justamente

desarmá-la. O senador falou com a imprensa antes do almoço com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

— Não haverá no Congresso pauta-bomba. Pelo contrário, estamos preocupados em desarmar a bomba que está posta na economia. Vou me pautar sempre como presidente do Congresso, um Poder independente e autônomo, que quer colaborar, com o olhar da sociedade — afirmou.

Quanto à análise de vetos presidenciais, disse que deverá ocorrer em sessão do Congresso na terceira semana deste

mês. Entre eles, está o veto total ao reajuste do Judiciário.

— Nós vamos conduzir os trabalhos com o olhar da sociedade, sem levar em consideração essas preocupações imediatas e corporativas, porque isso não faz bem ao equilíbrio fiscal — disse.

Sobre a sucessão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, Renan disse que, assim que a indicação chegar ao Senado, despachará a mensagem para a Comissão de Constituição e Justiça, permitindo submeter rapidamente a questão ao Plenário.

— A indicação é da presidente [Dilma] e não me envolverá pessoalmente. Tão logo ela indique o nome, seja quem for, eu despacharei para a Comissão de Constituição e Justiça — informou.

A respeito da prisão do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu pela Polícia Federal, na Operação Lava-Jato, Renan disse não querer prejudicar e que “todo homem público tem que prestar explicações à Justiça”.

Pinheiro defende nova partilha de recursos públicos

Em pronunciamento ontem, Walter Pinheiro (PT-BA) cobrou a votação de projetos do pacto federativo, que promovem a redistribuição de recursos entre estados e municípios.

O senador observou que não adianta ouvir autoridades, prefeitos e governadores se não forem colocadas em prática as propostas em debate no Senado.

Entre elas, Pinheiro mencionou o PLS 303/2015, aprovado ontem pelo Plenário, que autoriza os consórcios municipais a celebrar convênios e a executar ações quando um dos entes participantes está inadimplente no Cadastro Único de Convênios (Cauc).

Nada justifica prisão de Dirceu, diz Donizeti

Donizeti Nogueira (PT-TO) disse que a Justiça persegue o Partido dos Trabalhadores. Se isso não fosse verdade, segundo o senador, tesoureiros de outros partidos também estariam presos, e não apenas João Vaccari Neto, do PT. Ele argumentou que outros partidos também receberam recursos das empresas envolvidas na Operação Lava-Jato.

Para Donizeti, nada justifica a prisão preventiva do ex-ministro José Dirceu. Na opinião dele, isso serve apenas para abrir espaço na mídia e ajudar a mobilização contra a presidente Dilma Rousseff, prevista para o dia 16.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Marta apresenta 4 emendas a MP que trata do ICMS

Marta Suplicy (sem partido-SP) disse esperar que o Congresso aprove quatro emendas que ela propôs à Medida Provisória 683/2015, que criou o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional, essenciais à unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Uma delas aumenta de R\$ 1 bilhão para R\$ 5 bilhões por ano o limite de recursos a serem usados para compensar estados que tiveram perda de arrecadação do ICMS.

— A diminuição da atividade econômica, o aumento do desemprego e a redução da arrecadação tributária por parte dos entes federativos só reforçam a urgência da reforma do ICMS.

Proposta que prevê cota para mulher no Legislativo avança no Plenário

Senadores fizeram ontem a segunda sessão de discussão no Plenário, das cinco a serem realizadas antes da primeira votação

A PROPOSTA DE emenda à Constituição (PEC 98/2015), que amplia a participação feminina em todos os níveis do Poder Legislativo, passou ontem pela segunda sessão de discussão no Plenário.

A PEC ainda tem que passar por mais três sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno no Plenário do Senado. São necessários 49 votos para a aprovação. Se aprovada, serão realizadas mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno. Para que a Constituição seja efetivamente alterada, a proposta tem que ser aprovada também pela Câmara.

A PEC 98/2015, apresentada pela Comissão da Reforma

Política, acrescenta o artigo 101 ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição para que passe a ser obrigatória a eleição de um determinado número de mulheres nas Casas legislativas.

Segundo a PEC, na primeira eleição após a promulgação da emenda, pelo menos 10% das vagas na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas câmaras municipais seriam reservadas para as mulheres. Esse percentual passaria para 12% das cadeiras na eleição seguinte e para 16% das vagas na terceira eleição após a vigência das novas regras.

Ainda de acordo com a



As senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy durante a discussão da proposta

proposta de emenda à Constituição, se o percentual mínimo não for atingido, as vagas serão preenchidas pelas candidatas

com maior votação nominal individual entre os partidos que atingiram o quociente eleitoral.

Comissão da Reforma Política decidirá calendário

A Comissão da Reforma Política deve retomar as atividades hoje, quando os senadores definirão o plano de atuação para os próximos meses. O presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC), disse que é preciso analisar o projeto de reforma política que veio da Câmara.

— Acredito que vamos intensificar e objetivar o trabalho, acertando um calendário que possa nos ajudar a deliberar sobre as matérias que já estão vindo da Câmara e também apreciarmos as matérias que tenham origem no Senado — disse o senador.

No primeiro encontro do

semestre, a comissão deve discutir um modelo de financiamento de campanha. Hoje, as doações para campanhas podem ser feitas tanto por pessoas físicas quanto por empresas. Há ainda o Fundo Partidário, que é abastecido com verbas públicas que são distribuídas entre os partidos.

Na Comissão da Reforma Política, há propostas para manter essa forma, mas com novas regras, e também para proibir doações por parte de empresas.

Ficou acertado que especialistas em direito eleitoral e eleições serão convidados para uma audiência pública.

Confirmados nomes para Conselho Nacional do Ministério Público

O Senado aprovou três indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Otavio Brito Lopes, Cláudio Henrique Portela do Rego e Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho haviam sido aprovados pela

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em junho.

Indicado pelo Senado para a recondução, Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho é formado em direito e atua no campo do

direito eleitoral. No CNMP, é presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência.

O promotor de justiça Cláudio Henrique Portela do Rego foi indicado pelo procurador-geral da República para

a recondução ao CNMP. É promotor desde 2002.

Indicado pelo Ministério Público do Trabalho para integrar pela primeira vez o CNMP, Otavio Brito Lopes é subprocurador-geral do Trabalho.

Alvaro cobra pagamento de benefícios do Aerus

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou do governo o pagamento das aposentadorias e pensões dos trabalhadores do Aerus, que ganharam na Justiça em 2014 o direito de receber do governo os benefícios que deveriam ser pagos pelo fundo de pensão falido. Por falta de verba, a União suspendeu o pagamento.

— Houve uma decisão judicial que impõe ao governo o pagamento. Não cabe à Justiça determinar como deve o governo pagar. Cabe ao governo equacionar a questão administrativa, cumprir a decisão judicial e pagar rigorosamente em dia — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Viana quer nova contribuição para financiar saúde

Ao destacar os dois anos do Programa Mais Médicos, Jorge Viana (PT-AC) defendeu a recriação de uma contribuição para financiar a saúde, especialmente nas prefeituras.

Para ele, a falta de dinheiro gera consequências negativas, principalmente para os mais pobres. A situação piorou, disse, depois que o Congresso acabou com a CPMF, cuja arrecadação era destinada ao setor.

— Acho que o país não vai a lugar nenhum enquanto não encontrar o financiamento para a saúde. E se não é a CPMF, tem que ser algo muito parecido com ela.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gladson priorizará recuperação de estradas no Acre

Gladson Cameli (PP-AC) disse que, no segundo semestre, vai se dedicar à busca de soluções para os problemas que constata no Acre durante o recesso parlamentar.

O que mais chamou a atenção dele foi a precariedade das rodovias do estado, especialmente a BR-364, que liga a capital, Rio Branco, a Cruzeiro do Sul. O senador reclamou que a recuperação da estrada já foi licitada, mas o dinheiro não foi liberado.

— Quem paga essa conta é o povo. O mau estado da rodovia encarece em 36% os fretes para a região.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim pede que governo atenda pauta de grevistas

Paulo Paim (PT-RS) defendeu um diálogo entre o governo e os servidores do INSS. A categoria está em greve desde julho. Para ele, é preciso que haja diálogo e que a pauta dos grevistas seja, pelo menos em parte, atendida.

Além de reajuste salarial, as reivindicações incluem incorporação de gratificação, turno de seis horas, plano de cargos e carreira e adicional de qualificação.

— São reivindicações justas. É no diálogo que se pode chegar a um acordo. Seria bom para eles voltar ao trabalho e para a população que esses servidores voltassem a atendê-los.



Marcio Mariz/Agência Senado

Senado aprova verba para irrigação no Nordeste

De acordo com proposta, que agora será promulgada, estados nordestinos e do Centro-Oeste terão prioridade até 2028 na destinação de dinheiro para captação e condução de água



O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 78/2013, que prorroga até 2028 o prazo para que recursos públicos em irrigação sejam prioritariamente investidos nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste. A proposta integra a lista de matérias escolhidas pela Comissão Especial de Aperfeiçoamento do Pacto Federativo e agora vai para promulgação.

A Constituição obriga a União a aplicar, dos recursos destinados à irrigação, 50% na Região Nordeste, preferencialmente no semiárido, e 20% na Região Centro-Oeste. Originalmente, a medida tinha validade de 15 anos, a partir da promulgação da Constituição de 1988, tendo perdido a eficácia em outubro de 2003. No ano seguinte, foi promulgada a Emenda 43, que ampliou o prazo para 25 anos, até 2013.

Desde então, a União deixou de ser obrigada a priorizar a aplicação de recursos de irrigação naquelas regiões.

A proposta, apresentada pelo deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) em 2009, determina que o prazo seja de 40 anos, a partir da Constituição de 1988, ou seja, prorroga por mais 15 anos desde que a medida perdeu a eficácia. A proposta estabelece que 50% dos recursos para irrigação beneficiem agricultores familiares.

O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Walter Pinheiro (PT-BA), argumenta que a irrigação viabiliza a agricultura, especialmente a familiar, e fortalece a segurança alimentar e a geração de renda, contribuindo para a fixação do homem no campo tanto no Centro-Oeste como no Nordeste.

— Prefeitos e governadores, principalmente do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste,



Lavoura é irrigada em fazenda na Bahia: proposta aprovada beneficia ações de rega nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste

clamaram muito pela continuidade dos incentivos e, principalmente, pela ampliação da nossa capacidade de utilização dessas técnicas visando, efetivamente, ao aumento da produção no campo. Essa é uma matéria importantíssima.

A medida, aponta o senador, ainda pode levar à construção de estruturas como barragens e canais para captação e con-

dução de água para a regularização da oferta de água. Mais que isso, acrescenta Pinheiro, a norma constitucional contribui para a redução de desigualdades sociais e regionais.

Os líderes partidários destacaram a relevância da PEC. Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que a proposta permite avançar na produtividade sem ter que expandir mais

áreas. Os senadores ainda ressaltaram a importância da PEC sair do papel e ser efetivamente implantada.

— Quero ressaltar o pleito para que os recursos sejam finalmente destinados de fato, e não apenas na previsão da Constituição federal em suas disposições transitórias — destacou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Projeto permite que consórcio público contrate mão de obra pela CLT

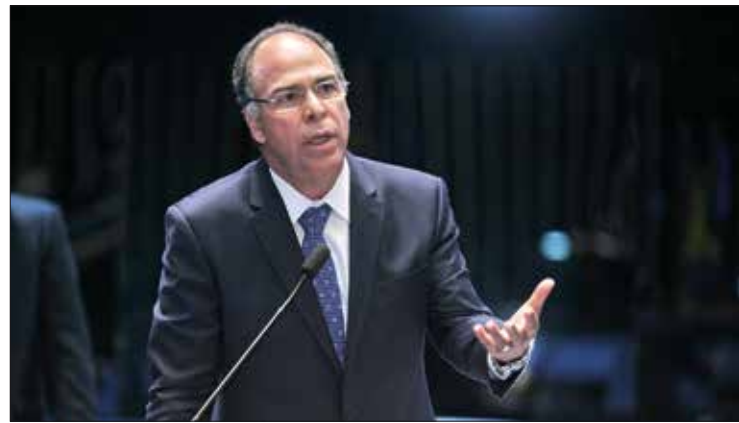


O Senado aprovou ontem projeto que permite aos consórcios públicos a contratação de mão de obra sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O texto se insere entre os relacionados ao pacto federativo e visa, conforme explicou Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), dar segurança jurídica às contratações.

Para o senador, autor do PLS 302/2015, alguns tribunais têm interpretado de modo equivocado a Lei 11.107/2005, sobre contratação de consórcios públicos. Há decisões judiciais para que esses consórcios contratem trabalhadores pelo regime estatutário, de servidores

públicos. O tema está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF). Bezerra disse que a natureza temporária dos consórcios gera necessidade de contratação pela CLT, já que dar emprego a servidores efetivos requer previsão orçamentária. Isso, de acordo com o senador, pode desvirtuar o objetivo essencial dos consórcios, que é prestar serviço de maior qualidade e com menor custo possível.

José Pimentel (PT-CE) acrescentou que a proposta, que seguiu para o exame da Câmara dos Deputados, é muito importante porque vai fortalecer a constituição, formação e manutenção dos consórcios públicos.



Autor do texto, Fernando Bezerra quer dar segurança jurídica às contratações

Vai à Câmara texto que facilita associação de entes federados

O Plenário também aprovou o PLS 196/2014, que limita as exigências de regularidade para os consórcios públicos quando fizeram parte de convênios com a União. O texto vai para a Câmara. O consórcio público é a parceria de dois ou mais entes da Federação (municípios, estados ou União) com a finalidade de prestar serviços e desenvolver ações conjuntas.

Assim, as exigências de regularidade fiscal e previdenciária, por exemplo, serão em relação ao consórcio, sem impor essas exigências aos estados e municípios

que o integrem — como é atualmente.

Na visão de prefeitos e governadores, a medida pode agilizar convênios. Explica o relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE):

— A atual legislação engessa o funcionamento do consórcio público, pois basta que um ente tenha uma restrição para impedir o recebimento dos recursos, com evidentes prejuízos para a população.

A matéria fazia parte de uma lista sugerida pela Comissão Especial do Pacto Federativo, com projetos de interesse de estados e municípios.

Segue a sanção proposta que agiliza leilão de veículos

O Senado aprovou ontem projeto com objetivo de solucionar a superlotação dos pátios dos departamentos de trânsito. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 24/2014 permite a redução do tempo de espera dos veículos nos pátios antes que sejam colocados em leilão. O texto, que vai a sanção, altera o Código de Trânsito Brasileiro para facilitar a doação e a venda de sucatas de veículos abandonadas nos pátios dos Detrans. Com a mudança, será reduzido de 90 para 60 dias o prazo para que

os veículos não reclamados sejam avaliados e levados a leilão. O projeto também fixa regras para o arremate e define o tempo máximo de seis meses para cobrança de permanência em depósito.

Outra mudança é a exigência, para que o veículo seja liberado, de reparo de componentes ou equipamentos obrigatórios que não estiverem em perfeitas condições. O texto diferencia os veículos aptos a trafegar e os classificados como sucata. O veículo conservado que não for arre-

matado depois de dois leilões será leiloado como sucata. Os veículos leiloados como sucata não podem circular.

No relatório, José Medeiros (PPS-MT) argumentou que a superlotação gera problemas como incêndios, vazamentos de óleo e proliferação de roedores e insetos, especialmente mosquitos transmissores de doenças como a dengue. Além disso, a demora no leilão faz com que os veículos estejam mais deteriorados, o que reduz os valores a serem apurados em leilão.

Nova regra para a criação de programa federal ganha urgência

O Plenário aprovou um calendário especial de tramitação para a PEC 84/2015, que impede o governo de criar programas que gerem despesas para estados e municípios sem a indicação de fontes de recursos. Autora da proposta, Ana Amélia (PP-RS) observou que a matéria já foi debatida na Comissão Especial do Pacto Federativo, criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para discutir o assunto:

— O grande problema é criar

uma despesa sem a correspondente receita. É o grande dilema que temos nas votações.

Renan lembrou que essa foi a principal demanda apresentada por governadores e prefeitos no primeiro semestre.

Omar Aziz (PSD-AM) destacou as dificuldades enfrentadas nos estados e municípios no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. José Pimentel (PT-CE) lembrou que o Programa Mais Médicos teve contrapartida federal.

CPI do Futebol deve ir à Suíça e aos EUA para ouvir Marin e Hawilla

Senadores querem obter depoimentos do ex-presidente da CBF e do dono de empresa de marketing, ambos presos pelo FBI

A CPI DO Futebol decidiu designar integrantes para viajar para a Suíça e para os Estados Unidos com o objetivo de tomar depoimentos de José Maria Marin, ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e do empresário José Hawilla. Marin e Hawilla foram presos na Suíça e nos Estados Unidos por corrupção. A comissão também quer ouvir o FBI, a Polícia Federal dos EUA, para obter detalhes da operação contra a corrupção no futebol internacional.

As viagens foram propostas por requerimentos do presidente da CPI, Romário (PSB-RJ), e aprovadas na reunião de ontem. A escolha dos integrantes da comitiva fica a cargo de Romário, bem como a data da viagem.

O FBI lidera investigação sobre a corrupção no futebol internacional que já prendeu oito dirigentes, entre eles José Maria Marin, que presidiu a CBF até abril e está detido na Suíça desde maio.

A investigação contou com delação premiada de José Hawilla, dono da empresa de marketing esportivo Traffic Sports. A Traffic deteve os direitos de comercialização de competições nacionais e internacionais de futebol nas



Romário, presidente da CPI, propôs viagens: datas e integrantes da comitiva ainda serão decididos

últimas três décadas. Hawilla está em prisão domiciliar nos Estados Unidos.

A CPI do Futebol (antes chamada de CPI da CBF) investiga irregularidades em contratos para a realização de partidas da Seleção Brasileira, de campeonatos organizados pela CBF, da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014.

Outro requerimento aprovado ontem é um convite aos presidentes das 27 federações estaduais do futebol brasileiro para que compareçam à CPI e

respondam a questionamentos dos senadores. Como não é uma convocação obrigatória, eles só virão se quiserem.

A CPI também decidiu solicitar toda a documentação produzida por outras comissões que investigaram a administração do futebol brasileiro: a CPI da CBF/Nike, da Câmara dos Deputados (2000-2001), e a primeira CPI do Futebol do Senado (2000). Aprovou ainda pedido para que auditores fiscais, procuradores e delegados auxiliem nas investigações.

Representante comercial pode ter Simples menor

A primeira reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) após o fim do recesso parlamentar, marcada para ontem, foi adiada para hoje, às 11h. A pauta tem sete projetos e quatro requerimentos. Uma das propostas é o PLS 5/2015, do senador Paulo Paim (PT-RS), que dá ao representante comercial acesso a alíquota menor do sistema Simples de tributação.

Os representantes comerciais alegam que, pelas regras atuais, se aderissem ao Simples estariam sujeitos a uma tributação que varia de 16,9% a 22,4%. Maior, portanto, que os cerca de 13% que recolhem pelo regime de tributação de lucro presumido.

O projeto altera artigo do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para incluir “representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros” entre as atividades tributadas conforme tabela do Anexo III da lei, que varia entre 6% e 17,4%, segundo a receita bruta do contribuinte.

O presidente da CAE é o senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

Bezerra elogia fundo que ajudará prefeitos

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) elogiou ontem a decisão da presidente Dilma Rousseff de criar o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura para garantir recursos a ações para o setor. O fundo está previsto na MP 683/2015, enviada ao Congresso em julho. Bezerra afirmou que a criação do fundo atende os apelos de prefeitos e governadores, que lutam por um pacto federativo mais justo.

O senador destacou como ponto positivo a escolha da fonte de recursos. O dinheiro virá da regularização de ativos de transferidos para o exterior sem o cumprimento de regras fiscais e cambiais. Para ele, a manutenção de um fundo e o aperfeiçoamento do pacto federativo vão impulsionar o desenvolvimento regional.

Fátima celebra 2 anos do programa Mais Médicos

Fátima Bezerra (PT-PI) saudou ontem os dois anos do Programa Mais Médicos. No Rio Grande do Norte, 300 profissionais do programa atendem mais de 1,1 milhão de pessoas. — Graças ao Mais Médicos, todos os brasileiros, principalmente os mais necessitados, estão tendo acesso aos serviços de saúde.

Uma das vertentes do programa, disse Fátima, é a interiorização de escolas de medicina, com a oferta de vagas em Caicó, e com a breve expansão para cidades como Mossoró e Assu, municípios beneficiados com a iniciativa. Ela ainda leu carta de estudante de Caicó favorecida pela interiorização do curso de medicina.

Vanessa vê êxito em programa de saúde pública

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou os dois anos do Programa Mais Médicos, classificado por ela como “uma iniciativa de sucesso que demonstra a coragem da presidente Dilma Rousseff”. Segundo os números que apresentou, o Mais Médicos cobre 73% dos municípios com 18 mil profissionais.

A senadora lembrou que o Mais Médicos foi lançado sob incompreensão do público e forte oposição dos profissionais de saúde, principalmente porque permitia a contratação de profissionais estrangeiros.

— Cumprimento a nossa presidente pela coragem em criar um programa tão importante para o povo brasileiro.

Medeiros pede que Incra resolva conflito em MT

José Medeiros (PPS-MT) pediu ao Incra uma solução para acabar com a interdição de rodovias em Mato Grosso por manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que entra no décimo dia. Segundo o senador, as interdições prejudicam muito o estado. Não apenas o transporte da produção agrícola é afetada, mas também a locomoção de pessoas.

Medeiros informou que os manifestantes queriam a saída do superintendente do Incra em Mato Grosso, o que ocorreu ontem. Mas eles pretendem continuar a invasão porque não querem um interventor.

— Esperamos que o governo se debruce sobre o tema.

Produtor de cacau precisa de apoio, diz Lídice

Lídice da Mata (PSB-BA) reforçou seu pedido de ajuda aos produtores de cacau no Brasil, que, advertiu, podem se tornar vítimas de concorrência desleal de produtores externos. A senadora pediu ao Ministério do Desenvolvimento que revise o regime de importação de cacau, de modo a evitar prejuízo ao mercado interno. Lídice também defendeu a reestruturação da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

A senadora ainda mencionou a preocupação dos produtores de cacau com a possibilidade de ocorrência de novas pragas vindas do exterior.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Projeto facilita acesso da população à internet

Aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia, proposta institui subsídio mensal para auxiliar as famílias de baixa renda a pagarem por serviços de banda larga

AS FAMÍLIAS CONSIDERADAS de baixa renda poderão contar com um incentivo para ter internet em casa. O tema é regulado pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) 429/2014, aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A proposta, que concede subsídio para a contratação do serviço de banda larga, agora segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão final.

O projeto busca acelerar os programas de inclusão digital ao conceder subsídio na forma de subvenção econômica mensal, custeada pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), equivalente a 50% da tarifa ou preço mensal do plano básico do serviço de banda larga por família. O Fust foi criado para financiar a implantação de serviços do setor, especialmente para a população mais carente, que não seriam normalmente prestados pelas companhias privadas em razão de custos e do baixo retorno.

De acordo com o projeto, apresentado no ano passado pelo então senador Anibal Diniz, para terem direito ao



O senador Lasier Martins (E) lê o relatório do projeto de Anibal Diniz na comissão presidida por Cristovam Buarque (D)

subsídio, as famílias precisam estar regularmente registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), possuir renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo ou ter entre os membros quem receba benefício de prestação continuada. O relatório foi lido ad hoc por Lasier Martins (PDT-RS).

— O projeto viabiliza a aplicação dos recursos do Fust

para reduzir em 50% o valor cobrado das famílias de baixa renda pelo plano básico do serviço de banda larga. Além disso, permite a precisa identificação dos beneficiários que deverão estar regularmente registrados nos cadastros dos programas sociais do governo federal — destacou o senador.

Inclusão digital

Na justificativa do projeto, Anibal argumenta que, com

a evolução das tecnologias de comunicação e a transformação das relações sociais, a internet tornou-se instrumento indispensável para a comunicação, a interação social e o acesso a informações, bens culturais e serviços públicos e privados. Ela possibilita o exercício de diversos direitos, frisa o ex-senador.

No entanto, segundo o autor, as famílias de baixa renda ficam impedidas de exercer

direitos fundamentais pela falta de acesso à internet em casa. Ele informa que, de acordo com pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil, 88% das famílias com renda mensal de até um salário mínimo não têm internet em casa. Dessas, 48% afirmam que não adquirem o serviço porque não podem pagar. O subsídio seria, assim, uma forma de auxiliar as famílias. Anibal informa ainda que, com o subsídio, o valor a ser efetivamente pago pelas famílias seria de R\$ 15 a R\$ 17,50.

A proposta integra um conjunto de seis projetos relacionados ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) apresentados por Anibal. Ele elaborou o relatório sobre o desenvolvimento do PNBL, política pública analisada pela CCT ano passado.

O relator do projeto, Walter Pinheiro (PT-BA), que apresentou parecer favorável à aprovação, ressalta que o PNBL ainda não atingiu seus objetivos em razão, principalmente, do hiato existente entre o preço dos serviços de acesso à internet e o poder aquisitivo das famílias mais carentes.

Comissão vai debater regulamentação do uso de dados pessoais

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) também aprovou na reunião de ontem dois requerimentos para a realização de audiências públicas.

Um deles solicita discussão sobre o substitutivo de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ao projeto de lei do Senado (PLS 330/2013) de autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que regulamenta a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais dos brasileiros. O requerimento é de Telmário Mota (PDT-RR). Por esse motivo, foi adiada a votação da proposta, que era o primeiro item da pauta da reunião.

Foi aprovado também requerimento apresentado por Hélio José (PSD-DF) para debater os motivos pelos quais o Brasil ficou de fora do acordo multilateral firmado por meio da Organização Mundial do Comércio (OMC) que reduz as tarifas para a importação de equipamentos de informática.

— Precisamos formar uma clara consciência a respeito da questão — defendeu o senador.

Os parlamentares também aprovaram uma série de projetos de decreto legislativo que concedem ou renovam outorgas de radiodifusão sonora em todas as regiões do país.

Cristovam faz balanço do primeiro semestre

Durante a reunião de ontem da CCT, o presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), fez um balanço das atividades do colegiado no primeiro semestre. Foram feitas 27 reuniões, sendo 9 deliberativas e 16 de audiências públicas. No período, foram aprovados 56 projetos de decreto legislativo, 49 requerimentos, 5 projetos de lei do Senado, 3 projetos de lei da Câmara e 3 ofícios. Segundo o senador, “houve um trabalho intensivo da comissão no período”.

Ao apresentar dados sobre a produção científica e mencionar também a reduzida aprovação de patentes pelo Brasil nos últimos 16 anos, em comparação com a China, que evoluiu bastante no mesmo período, Cristovam afirmou que a comissão precisa mostrar como o país pode abrir mais portas para a inovação. Como solução de longo prazo, ele defendeu o investimento na educação de base. O parlamentar também afirmou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deveria investir em empresas que financiam patentes. Atu-

almente, elas são desprezadas pela instituição, observou:

— Nosso tamanho em inovação não é compatível com nossa riqueza. O problema é que em pouco tempo ela vai estancar, porque a riqueza vem da inovação.

Aprovações

Cristovam destacou a aprovação da proposta que torna permanentes os benefícios tributários para o setor de semicondutores e componentes eletrônicos dentro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (Padis). O PLC 21/2015, que seguiu para sanção, estende esses benefícios à fabricação de cartões inteligentes, displays para smartphones, tablets e matérias-primas de componentes desses aparelhos.

Ele também citou a aprovação do Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015), convertido na Lei 13.123/2015; do PLS 336/2013, que cria o fundo de aval para investimento em microempresas; e do PLS 501/2013, que determina a cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) sobre o mo-

nitoramento e rastreamento de veículos — independentemente se a infraestrutura de telecomunicações pertence à empresa — em substituição ao ICMS.

Cristovam destacou, entre as audiências feitas, as que discutiram o Marco Legal da Biodiversidade, a formação de recursos humanos para ciência e tecnologia, a má qualidade dos serviços de telefonia móvel, a universalização da banda larga e a que tratou do PLC 70/2014, que restringe o uso de animais em testes de cosméticos.

Gladson Cameli (PP-AC) fez apelo a Cristovam, lembrando a condição deste de ex-ministro da Educação, para que ajude a encontrar solução para a greve da educação no Acre.

— Se o estado não tem dinheiro, que mantenha o diálogo, que sente e negocie.

Cristovam afirmou que proporá a Romário (PSB-RJ), presidente da Comissão de Educação (CE), uma atuação conjunta. Uma das medidas seria conversar com os governadores do Acre e dos demais estados que enfrentam o mesmo problema.



Substitutivo de Aloysio Nunes Ferreira suscitou pedido de audiência pública

Integrantes da comissão encarregada de analisar a proposta orçamentária discutem alternativas para garantir que o governo execute as sugestões apresentadas pelas bancadas

Partidos defendem emendas ao Orçamento

OS LÍDERES DOS partidos na Comissão Mista de Orçamentos (CMO) defenderam ontem a aprovação da execução obrigatória das emendas das bancadas estaduais ao Orçamento de 2016. A proposta da obrigatoriedade foi incluída no parecer final ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 (PLN 1/2015), apresentado em julho pelo deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE).

Pela regra constante do parecer, o governo terá que executar as emendas das bancadas até o limite de 0,8% da receita corrente líquida (RCL) apurada em 2015, desde que os recursos sejam destinados para obras de caráter estruturante. Pela última previsão da RCL, as emendas somariam R\$ 6,3 bilhões.

Atualmente, a obrigatoriedade de execução existe apenas para as emendas individuais de deputados e senadores — até 1,2% da RCL, segundo a Emenda Constitucional 86.

O deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO) propôs um acordo entre os líderes na comissão para aprovar a impositividade das emendas das bancadas.

Gaguim sugeriu que se defina um percentual, que pode ser menor do que 0,8% da RCL, mas que seja respeitado pelo governo.



Senadora Rose de Freitas, que preside a Comissão Mista de Orçamento, coordena reunião com líderes partidários

O acordo seria contemplado em um adendo que seria apresentado pelo relator da LDO. Para o deputado e outros parlamentares, a comissão deve aproveitar a oportunidade aberta pelo parecer para aprovar a impositividade dos pleitos das bancadas estaduais.

— Agora é a oportunidade — disse.

Execução baixa

Para o senador Benedito de Lira (PP-AL), sem a impositividade, o governo vai continuar não pagando as emendas de bancada.

Em 2014, por exemplo, R\$ 6,6 bilhões foram destinados pelas bancadas a obras nos estados. Houve estado

em que nenhuma emenda foi executada, como no Acre. Nos demais, a execução é baixa, com poucos empenhos.

— Os governadores não têm mais nem interesse em vir aqui — disse o senador.

Ele lembrou que no passado eram comuns as reuniões de governadores com as suas bancadas para definir a destinação dos recursos das emendas.

Com o surgimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os governadores optaram por levar seus projetos diretamente para o Executivo, numa corrida para incluí-los na carteira de projetos do PAC, o que acabou reduzindo o peso das emendas de bancada.

O deputado Ricardo Barros (PP-PR) também defendeu as emendas impositivas de bancada e sugeriu o próprio PAC como uma fonte de recursos. Na opinião dele, o Congresso e o governo poderiam chegar a um acordo e destinar uma parcela dos recursos do programa para os pleitos estaduais.

A medida, segundo Barros, evitaria uma pressão sobre as despesas públicas, pois não haveria acréscimo de gastos, apenas uma parcela dos valores já estimados migraria para outro autor e destino.

— O problema fiscal é só uma questão de prioridade. Vamos tirar um pedaço do PAC e transformar em emendas impositivas. Não há prejuízo para o Brasil, até porque as

decisões das bancadas tendem a ser mais relevantes para os estados do que as decisões do governo, exclusivamente.

Debate

O líder do governo na CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), evitou entrar no mérito da discussão, mas pediu diálogo para definir o valor que será pago e que o assunto seja discutido globalmente. Segundo ele, é preciso que as demandas das bancadas estejam em linha com os projetos apresentados pelos governadores ao PAC e com a situação fiscal do país.

— Acho que é válido o debate, mas dentro de um contexto maior de planejamento estratégico do país. As receitas são fixas. Se criarmos despesas que são infinitas, essa conta não vai fechar nunca — disse.

Também para ele, uma saída para garantir a execução das emendas de bancada seria a participação das bancadas na definição das obras do PAC.

O relator da LDO, Ricardo Teobaldo, disse que está aberto para discutir um novo percentual, que pode até ser inferior aos 0,8%.

— O que precisamos é garantir que as emendas vão ser executadas — afirmou.

Na próxima semana, os líderes na CMO se reúnem para discutir a votação do parecer final da LDO.

Otto quer reduzir comissão que avaliará participação da Petrobras no pré-sal

O senador Otto Alencar (PSD-BA), presidente da comissão especial criada para analisar o projeto de lei que dispensa a Petrobras da participação obrigatória mínima de 30% nos investimentos do pré-sal (PLS 131/2015), vai propor ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a redução do total de integrantes do colegiado.

Ele falou do assunto na manhã de ontem, depois de anunciar o adiamento, por falta de quórum, da reunião de instalação da comissão.

Dos 27 membros titulares do colegiado, apenas Otto e outros 3 senadores registraram presença no painel. A reunião foi transferida para hoje, às 11h, quando devem ser eleitos o relator e o vice-presidente. Originalmente, a instalação havia sido marcada para 15 de julho, mas também faltou quórum naquele dia.

Para Otto, contando com uma comissão mais compacta e mediante entendimento prévio entre os líderes, será possível “fazer a comissão andar”. Ele defende que a comissão tenha só 14 membros

titulares, com igual número de suplentes. A alteração dependeria da edição de um novo ato do presidente do Senado.

Otto disse que já tratou da questão antes com Renan e agora pretende retomar o assunto contando com o apoio de colegas. Adiantou que já conversou com Lindbergh Farias (PT-RJ) e Roberto Requião (PMDB-PR).

Ele admite que as alterações feitas pelo PLS 131/2015, de José Serra (PSDB-SP), são controversas, mas garante que conduzirá os trabalhos do colegiado com isenção. Para subsidiar a discussão, pretende convidar o presidente da Petrobras, Aldemir Bendini, para um debate na comissão.

Segundo o senador, Bendini poderá esclarecer se a estatal está preparada para a exploração dos campos de produção programados, inclusive sobre o andamento dos projetos de privatização já anunciados, com o objetivo de reforçar o caixa. Citou, entre outras, as propostas de venda da BR Distribuidora, de gasodutos e de 10% na exploração do Campo de Libra, acima da

participação mínima de 30%.

Para Otto, caso se demonstre que a empresa não tem capacidade de bancar os investimentos, será necessário saber quem vai explorar as reservas, inclusive a alternativa de abrir espaço para a iniciativa privada, como quer José Serra.

— Sou nacionalista e defendo o petróleo como interesse estratégico para o Brasil, mas se a Petrobras não tiver condição de fazer os investimentos com recursos dela, também não se pode deixar a riqueza do pré-sal ficar dormindo, sem

exploração — justificou Otto.

Ele acrescentou que devem ser chamados para audiências dirigentes da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e representantes dos servidores.

As regras de exploração do pré-sal foram estabelecidas pela Lei 12.351/2010, que torna a Petrobras operadora única dos poços concedidos para exploração, ficando responsável, no consórcio formado com empresas privadas, pela execução direta e indireta de todas as atividades de produção.



Otto (D) relata que já conversou com Requião (E) e Lindbergh sobre alteração

Ferraço pode assumir relatoria do colegiado

Perguntado sobre possíveis entendimentos em relação ao nome do relator na comissão especial, Otto Alencar observou que uma solução natural seria um acordo em torno do nome de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Ferraço relatou a proposta de Serra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), apresentando parecer favorável, e continuou como relator em Plenário. Porém, mesmo por acordo, o nome precisa ser confirmado em votação.

Requerida por Walter Pincheiro (PT-BA), a comissão destinada a emitir parecer sobre o projeto antes da decisão final em Plenário foi criada por acordo de líderes após amplo debate, em junho, que evidenciou divergências de opiniões entre senadores, especialistas e autoridades.